



**FÓRUM DE DEFESA DAS CARREIRAS DO PODER  
EXECUTIVO ESTADUAL**

Ofício nº.03/2021

São Luís, 17 de agosto de 2021

De: Fórum de Defesa das Carreiras do Poder Executivo

Para:

A Sua Excelência o Senhor  
**FLÁVIO DINO de CASTRO e COSTA**  
Governador do Estado do Maranhão  
Palácio dos Leões  
São Luís – Maranhão

RECEBIDO  
Recepção Palácio dos Leões  
Jannice Maria Serrão Durans  
Aux. Técnico - ID: 237767-01  
São Luís

24/08/2021  
Jannice Maria Serrão Durans  
21089000

Assunto: **LDO 2022 – Reajuste dos Servidores**

Senhora Secretária,

Sirvo-me do presente expediente para solicitar a Vossa Excelência que **garanta na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO do Estado do Maranhão para o exercício de 2022**, que será encaminhada à Assembleia Legislativa, **percentuais de valores para reajuste de salário dos trabalhadores públicos estaduais, levando em conta, no mínimo, a recomposição da inflação a partir do último reajuste.**

Considerando que o último reajuste na tabela de vencimento do Grupo Ocupacional Administração Geral, presente na Lei nº 9.664/2012, ocorreu em janeiro de 2015, e para o Grupo Ocupacional Estratégico, em fevereiro de 2014, desse período até o presente momento, utilizando como parâmetro o INPC/IBGE, **as perdas salariais atuais somam-se 44,85% e 52,91%**, respectivamente. Causando graves prejuízos na renda familiar dos trabalhadores públicos do Estado do Maranhão, que a cada ano vê minguar seu salário e sua renda. Neste sentido, os funcionários precisam, com a máxima urgência, **ter seu**

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA  
DEPARTAMENTO DE FISCALIDADE  
CAMPUS DE BRASÍLIA - DF

ÓRGÃO DE DEFESA DAS CARGAS DO PODER  
EXECUTIVO ESTADUAL

Brasília, 17 de agosto de 2011.

Assunto: Defesa das Cargas do Poder Executivo Estadual.

Senhor Presidente do Conselho de Defesa das Cargas do Poder Executivo Estadual.

Recepção Palácio dos Leões  
Lançamento de Documento  
Ass. Técnico - DDI: 3377-01  
220 Lúcia

Senhor Presidente do Conselho de Defesa das Cargas do Poder Executivo Estadual,  
em atenção ao que vem sendo informado pelo Senhor Presidente do Conselho de Defesa das Cargas do Poder Executivo Estadual, acerca da defesa das cargas do Poder Executivo Estadual, em virtude da publicação da Lei nº 12.129/2009, que altera a Lei nº 12.128/2009, que instituiu o Conselho de Defesa das Cargas do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

Atenciosamente,  
Lúcia

Senhor Presidente do Conselho de Defesa das Cargas do Poder Executivo Estadual,  
em atenção ao que vem sendo informado pelo Senhor Presidente do Conselho de Defesa das Cargas do Poder Executivo Estadual, acerca da defesa das cargas do Poder Executivo Estadual, em virtude da publicação da Lei nº 12.129/2009, que altera a Lei nº 12.128/2009, que instituiu o Conselho de Defesa das Cargas do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

Considerando que o Poder Executivo Estadual, em virtude da publicação da Lei nº 12.129/2009, que altera a Lei nº 12.128/2009, que instituiu o Conselho de Defesa das Cargas do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências, encontra-se em situação de defesa das cargas do Poder Executivo Estadual, em virtude da publicação da Lei nº 12.129/2009, que altera a Lei nº 12.128/2009, que instituiu o Conselho de Defesa das Cargas do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.



**FÓRUM DE DEFESA DAS CARREIRAS  
DO PODER EXECUTIVO  
DO ESTADO DO MARANHÃO**

**poder de compra restabelecido, no mínimo, aos níveis da implantação da última tabela de vencimento do Plano Geral de Carreiras e Cargos – PGCE.**

Anexo relatório sintético de Gestão Fiscal do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE que demonstra haver margem para concessão de reajuste de salário aos servidores públicos do Estado do Maranhão.

Certo de contarmos com a compreensão de Vossa Excelência, reitero protesto de estima e consideração.

Atenciosamente,

**CLEINALDO CASTRO LOPES**

Pres. do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado do Maranhão -  
SINTSEP/MA  
Coordenador do Fórum

**MARCIO ROBERTO RODRIGUES DE DEUS**

Pres. do Sindicato dos Agentes e Inspetores Penitenciários do Maranhão – SINDSPEM

**KLINGER LIMA DE MOURA FILHO**

Pres. do Sindicato dos Policiais Cíveis do Maranhão – SINPOL

**JEFERSON COELHO CORRÊA**

Pres. do Sindicato dos Funcionários Públicos Vigilantes do Estado do Maranhão -  
SFPVEMA

**RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS**

Pres. do Sindicato dos Servidores de Estado da Saúde do Maranhão -  
SINDSESMA

**DIEGO DO AMARAL SAMPAIO**

Pres. do Sindicato dos Servidores da Fiscalização Agropecuária do Estado do Maranhão  
– SINFA/MA

**MANOEL BARROS RABELO NETO**



**FÓRUM DE DEFESA DAS CARREIRAS  
DO PODER EXECUTIVO  
DO ESTADO DO MARANHÃO**

Pres. do Sindicato dos Servidores da Funac – SINDISFUNAC

  
**VALDERES GRIGÓRIO RIBEIRO**

Pres. do Sindicato dos Motoristas Oficiais do Estado do Maranhão – SIMOEMA

**JOÃO JOSÉ FARAH RIOS**

Pres. do Sindicato do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização da Fazenda  
Estadual do Maranhão *SINTAF-MA*

  
**VALBER TOMÉ RIBEIRO GOMES**

Pres. do Sindicato dos Trabalhadores da Uema – SINTUEMA

  
**FRANCION DA SILVA FERREIRA**

Pres. do Sindicato dos Servidores do Detran – SINDET-MA

  
**JOÃO COELHO SILVA FILHO**

Pres. Sindicato dos Docentes das Universidades Públicas Estaduais do Maranhão –  
*SINDUEMA SSIND. DO ANDES - SN*

**AUGUSTO ARISTÓTELES MATÕES BRANDÃO**

Pres. da Associação dos Procuradores do Estado do Maranhão – ASPEM

  
**MARCONI CHAVES LIMA**

Pres. da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Maranhão – ADEPOL

**EUZÉBIO SILVA**

Pres. da Associação dos Auditores da Auditoria Geral do Estado do Maranhão –  
*AUDIMA*

  
**CEZAR CASTRO LOPES**

Pres. da Associação dos Agentes e Inspetores Penitenciários do Maranhão – AAGIPEM

**WENNDER ROBERT ROCHA MARQUES DE SOUSA**

Pres. do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado do Maranhão – SINTAG/MA

## RELATÓRIO SINTÉTICO



# Sindicato dos Servidores de Fiscalização Agropecuária - **SINFA**.

julho de 2021

## Resumo Conclusivo

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), no 1º quadrimestre de 2021, o Estado do Maranhão aumentou sua Despesa Total com Pessoal (DTP) em 7%. Enquanto a Receita Corrente Líquida (RCL) ajustada registrou crescimento de 14,3%, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse maior incremento na receita possibilitou que houvesse queda na relação entre a DTP/RCL, que ficou em **37,63%, no 1º quadrimestre de 2021**, ou seja, 8,92 pontos percentuais abaixo do limite prudencial e 11,37 abaixo do limite máximo<sup>1</sup>.

O crescimento da RCL foi puxado, sobretudo, pelo crescimento das “Transferências Correntes”, que cresceram no período R\$ 1,5 bilhão. A melhora da arrecadação do governo federal potencializou os repasses para os estados. Houve também crescimento das “Receitas Tributárias” em R\$ 689 milhões. Nota-se, ainda que, mesmo com a crise sanitária, econômica e política, o ICMS, IPVA e o ITCMD mostraram tendência de alta. Os percentuais registraram crescimento acima da inflação no período analisado.

Em relação à DTP, os gastos com o “Pessoal Inativo e Pensionista” teve variação positiva de 51% e o “Pessoal Ativo” de 14%, no mesmo período. As mudanças nas alíquotas de contribuição progressiva para os civis, maior aporte patronal, alteração das contribuições dos militares e novos beneficiários podem ajudar a explicar esse incremento.

## Introdução

O presente relatório sintético utiliza as informações do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), divulgados pelo Tesouro Nacional, através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

Para efeito de comparação com as informações do RGF e do RREO, os dados constantes das tabelas deste relatório estão apresentados em valores nominais (sem atualização pela inflação).

Deve-se levar em conta que os dados referentes ao 1º quadrimestre de 2021 refletem o acumulado de maio de 2020 a abril de 2021. Quando comparado ao mesmo período do ano anterior, representa o acumulado entre maio de 2019 e abril de 2020 e quando comparado

<sup>1</sup> O limite prudencial para os estados é de 46,55% e o patamar máximo chega a 49,00%.

ao período imediatamente anterior, refere-se ao acumulado de janeiro de 2020 a dezembro de 2020.

### 1. Lei de responsabilidade fiscal

A Lei Complementar nº 101/2000 – mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece normas que traçam parâmetros para a construção e execução do orçamento público, tendo como dois principais pontos a definição: (1) dos limites de gastos com pessoal, (2) monitoramento das despesas do orçamento. Os limites da despesa com pessoal, previstos na LRF, são dados pela relação percentual entre a Receita Corrente Líquida (RCL) e a Despesa Total com Pessoal (DTP). A **Receita Corrente Líquida (RCL)** é determinada da seguinte maneira:

(Receita Tributária + Receita de Contribuições + Receita Patrimonial + Receita Agropecuária + Receita Industrial + Receita de Serviços + Transferências Correntes + Outras Receitas Correntes) – (Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência + Compensação Financeira entre Regimes Previdência + Dedução de Receita para Formação do FUNDEB).

Já a **Despesa Total com Pessoal (DTP)** considera a Despesa Líquida com o Pessoal liquidada no exercício e inscritas em restos a pagar. A **Despesa Líquida com Pessoal (DLP)** é determinada da seguinte maneira:

(Despesa com Pessoal Ativo + Despesa Com Pessoal Inativo e Pensionistas + Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização) – (Despesas com Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária + Despesas decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao do Apuração + Despesas de Exercícios Anteriores ao de período anterior ao da apuração + despesas com inativos e pensionistas com recursos vinculados)

A Lei Complementar nº 173/2020 estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus e altera a LRF nº 101/2000 de forma temporária. A publicação da Lei nº 173, em maio de 2020, em linhas gerais, tratou de flexibilizar as regras orçamentárias alterando prazos para a prestação de contas e renegociando as dívidas com a União, reestrutura a operações de crédito junto ao sistema financeiro para dar maior capacidade de pagamento para os estados e municípios no combate ao coronavírus<sup>2</sup>.

As contrapartidas exigidas são: 1) renúncia a ações contra a União ajuizadas após 20 de março de 2020; 2) congelamento das despesas com pessoal<sup>3</sup>, proibindo aumentos,

<sup>2</sup> Para mais informações ler a Nota Técnica nº 241 divulgada pelo DIEESE em 04 de junho de 2020. (<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec241LeiComplementar173.html>)

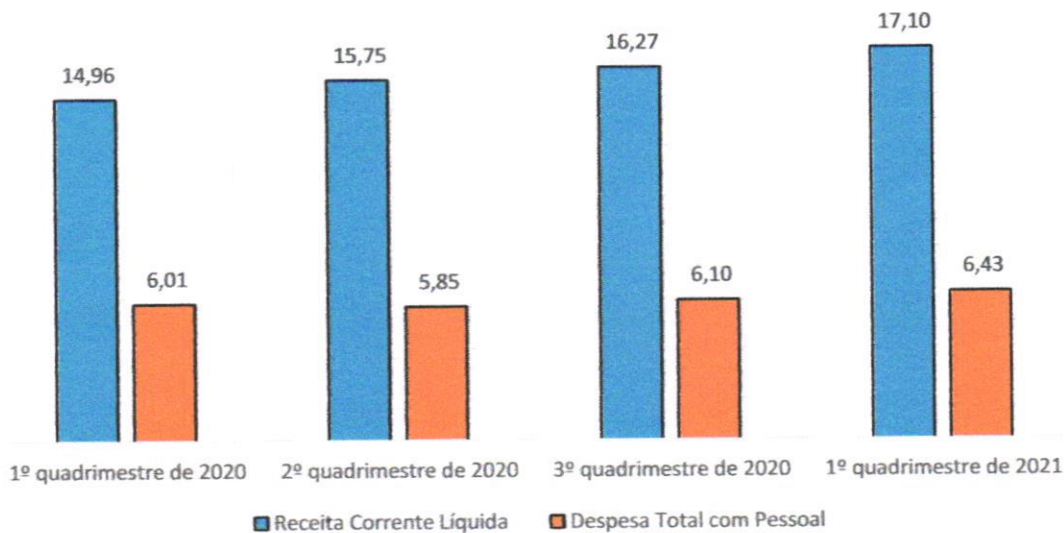
<sup>3</sup> Congelamento até o dia 31 de dezembro de 2021.

reajustes, criação de cargos, modificação na estrutura de carreira, contagem de tempo para aquisição de vantagens pessoais, realização de concurso públicos (exceto para áreas relacionadas com a pandemia); 3) adotar aumento real do total das despesas obrigatórias (superior ao IPCA-IBGE) apenas se houve aumento da arrecadação ou redução das despesas.

## 2. Receita e Despesas

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) publicado pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI), a “Despesa Total com Pessoal” (DTP) alcançou, no 1º quadrimestre de 2021, o valor de aproximadamente R\$ 6,43 bilhões – um aumento nominal de cerca de R\$ 422,7 milhões - isto é, crescimento de 7% em comparação com mesmo período do ano anterior. Na comparação com o quadrimestre imediatamente anterior, houve aumento de 5,41% (cerca de R\$ 331,6 milhões).

**Gráfico 1 – Receita Corrente Líquida ajustada (RCL) e Despesa Total com Pessoal (DTP) – Maranhão – 2020 e 2021 – acumulado em 12 meses – Em bilhões (R\$)**



Fonte: SICONFI – Relatório de Gestão Fiscal. Anexo 1. Elaboração: DIEESE

A “Receita Corrente líquida” ajustada registrou cerca de R\$ 17,1 bilhões e cresceu 14,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior (aumento nominal de cerca de R\$ 2,1 bilhões). Em comparação com o quadrimestre anterior, houve um aumento nominal da RCL em 5,1% (cerca de R\$ 826 milhões).

## 3. Despesa Total com Pessoal

De acordo com os dados apresentados no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI), a “Despesa Bruta



com Pessoal”, nos doze meses terminados ao final do 1º quadrimestre de 2021, obteve um aumento nominal de 23,7% (cerca de R\$ 1,7 bilhão) em relação ao mesmo quadrimestre do ano anterior. Esse crescimento é explicado, principalmente, pelo incremento de 50,9% nos gastos com Inativos e Pensionistas (cerca de R\$ 935,7 milhões). Os gastos com Pessoal Ativo aumentaram 14% (cerca de R\$ 715,2 milhões de reais).

O aumento expressivo nos gastos com “Aposentadorias, Reserva e Reformas” e “Pensões”, que são itens da despesa com o “Pessoal Inativo, podem ter ocorrido em virtude das mudanças recentes introduzidas pelas novas regras depois da Reforma da Previdência de 2019. O estado do Maranhão alterou as alíquotas de contribuição progressiva para os civis e aumentou o aporte patronal, de acordo com a Lei Complementar nº 219/2019. Houve também alterações em 2020, com a Lei Complementar Estadual nº 224, que modificou a alíquota de contribuição dos militares. Cabe ainda mencionar que segundo o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (IPREV) foi contabilizado cerca de 1.289 benefícios novos previdenciários (517 aposentadorias e 772 pensões por morte), em 2020<sup>4</sup>.

**Tabela 1 – Despesa total com Pessoal (DTP)  
Maranhão – 2020 e 2021 – acumulado em 12 meses (Em mil R\$)**

Despesas	1º quadrimestre de 2020	2º quadrimestre de 2020	3º quadrimestre de 2020	1º quadrimestre de 2021
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>6.956.087.773</b>	<b>6.974.155.369</b>	<b>7.968.652.277</b>	<b>8.606.933.408</b>
Pessoal Ativo	5.119.377.274	5.025.348.246	5.547.498.538	5.834.534.539
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.836.710.499	1.948.807.123	2.421.153.739	2.772.398.869
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)</b>	<b>1.077.991.849</b>	<b>1.254.138.053</b>	<b>1.869.677.802</b>	<b>2.176.336.062</b>
Indenizações por Demissão	13.692	47.188	127.835	167.610
Decorrentes de Decisão Judicial	24.451	39.702	64.682	65.971
Despesas de Exercícios Anteriores	13.289.020	14.805.132	23.905.328	26.716.263
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.064.664.686	1.239.246.030	1.845.579.956	2.149.386.217
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>5.878.095.924</b>	<b>5.720.017.316</b>	<b>6.098.974.475</b>	<b>6.430.597.346</b>
Restos a Pagar	132.707.330	132.707.330	2.980.071	2.980.071
<b>Despesa Total com Pessoal</b>	<b>6.010.803.255</b>	<b>5.852.724.647</b>	<b>6.101.954.546</b>	<b>6.433.577.417</b>

Fonte: SICONFI. RGF – Anexo 1. Elaboração: DIEESE

Em relação ao quadrimestre imediatamente anterior, a “Despesa Bruta com Pessoal” apresentou um aumento nominal de cerca de 8% (aproximadamente R\$ 638,3 milhões) – enquanto que as despesas com o “Pessoal Inativo e Pensionistas” ampliaram em 14,5%, as despesas com Pessoal Ativo cresceram em 5,2%.

<sup>4</sup> <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=293862>

As “Despesas Não Computadas”, que são abatidas para o cálculo do limite fiscal, cresceram cerca de 101,9%, em relação ao ano anterior – aproximadamente de R\$ 1,1 bilhão. Nota-se um aumento expressivo das despesas “Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária” que aumentou mais de 12 vezes (ou 1.124,1%) seu valor, das “Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração” que aumentou 2,7 vezes (ou 169,3%), e das “Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao de Apuração” em 101%. As despesas “Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados” aumentou em 101,9% e representam cerca de 99% das despesas não computadas.

Em relação ao quadrimestre imediatamente anterior, as “Despesas Não Computadas” cresceram em 16,4% - cerca de R\$ 306,6 milhões. Houve, principalmente, aumento no volume das despesas do “Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados” em 16,5% (cerca de R\$ 303,8 milhões).

### 3.1 Despesas liquidadas por função

As despesas liquidadas do Estado do Maranhão de janeiro a abril de 2021, apresentaram um aumento nominal de 36,1% (cerca de R\$ 1,3 bilhão) em comparação com os valores do mesmo período do ano anterior<sup>5</sup>. Os maiores aumentos foram na função dos “Habitação” (731,7%), “Gestão Ambiental” (166,7%), “Previdência Social” (137,6%) e “Transporte” (128,6%). Apenas duas funções apresentaram quedas de investimento, foram: “Educação” (-9,9%) e “Cultura” (-16,5%).

A função “Saúde” foi a maior despesa liquidada. Porém, ela perdeu participação em relação ao mesmo período do ano anterior, quando representou 18% das despesas liquidadas do estado. Atualmente o investimento na função Saúde representa 16,4% de todas as despesas liquidadas do Estado.

A função “Agricultura” mostrou crescimento nominal de 28,1% no período. A subfunção “Administração geral” que corresponde por 87% dessa função, aumentou o investimento em 29,1% no período. A subfunção “Abastecimento” é a segunda com maior participação em relação ao investimento em agricultura, representa 6,1% do total da função e teve seus recursos multiplicados em 3,6 vezes (aumento de 262%) em relação ao mesmo período do ano anterior. A subfunção “Extensão Rural”, apesar de representar apenas 1,3%

---

<sup>5</sup> Não foram consideradas as despesas intra-orçamentárias. As despesas (exceto intra-orçamentárias) considera as despesas correntes e as despesas de capital.

do orçamento da pasta, teve um crescimento no valor investido no período de 15,3 vezes (ou 1.429%).

**Tabela 2 – Despesas liquidadas por função de janeiro até abril de cada ano  
Maranhão – 2020 e 2021**

Despesas	1º quadrimestre 2020	Participação em 2020	1º quadrimestre 2021	Participação em 2021	Varição
DESPESAS <sup>1</sup>	3.605.100.323	100,0%	4.905.333.595	100,0%	36,1%
Administração	156.907.447	4,4%	280.270.101	5,7%	78,6%
Agricultura	26.769.404	0,7%	34.303.456	0,7%	28,1%
Assistência Social	56.262.154	1,6%	83.737.825	1,7%	48,8%
Ciência e Tecnologia	8.852.013	0,2%	8.983.707	0,2%	1,5%
Comércio e Serviços	5.155.589	0,1%	9.000.068	0,2%	74,6%
Comunicações					
Cultura	22.535.925	0,6%	18.825.080	0,4%	-16,5%
Desporto e Lazer	4.138.978	0,1%	6.161.099	0,1%	48,9%
Direitos da Cidadania	115.361.569	3,2%	157.295.161	3,2%	36,4%
Educação	740.027.324	20,5%	666.957.281	13,6%	-9,9%
Encargos Especiais	398.566.875	11,1%	601.091.759	12,3%	50,8%
Energia					
Essencial à Justiça	190.943.494	5,3%	222.930.935	4,5%	16,8%
Gestão Ambiental	2.650.579	0,1%	7.069.860	0,1%	166,7%
Habitação	1.922.914	0,1%	15.993.017	0,3%	731,7%
Indústria	5.876.438	0,2%	8.162.550	0,2%	38,9%
Judiciária	309.383.060	8,6%	348.750.029	7,1%	12,7%
Legislativa	163.912.118	4,5%	187.441.624	3,8%	14,4%
Organização Agrária	2.753.060	0,1%	3.473.603	0,1%	26,2%
Previdência Social	244.048.836	6,8%	579.832.588	11,8%	137,6%
Promoção Industrial	3.819.377	0,1%	6.005.894	0,1%	57,2%
Saneamento	-	0,0%	588.228	0,0%	
Saúde	649.563.743	18,0%	805.701.506	16,4%	24,0%
Segurança Pública	384.733.769	10,7%	610.438.314	12,4%	58,7%
Trabalho	1.624.948	0,0%	3.172.280	0,1%	95,2%
Transporte	68.475.742	1,9%	156.509.394	3,2%	128,6%
Urbanismo	44.634.343	1,2%	88.644.131	1,8%	98,6%

Fonte: SICONFI. RREO. Anexo 02. Elaboração: DIEESE. (1) exceto intra-orçamentárias.

#### 4. Receita Corrente Líquida (RCL)

As “Receitas Correntes” do estado do Maranhão, segundo o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), cresceram em 12,9% - cerca de R\$ 2,6 bilhões - comparado ao mesmo quadrimestre do ano anterior (1º quadrimestre de 2020). Em relação ao quadrimestre imediatamente anterior, houve um aumento nominal de 5,4% (aproximadamente R\$ 1,2 bilhão).

As “Transferências Correntes”, que representaram cerca de 49,4% das “Receitas Correntes” no 1º quadrimestre de 2021, aumentaram em 16% (R\$ 1,5 bilhão), na comparação com o mesmo quadrimestre do ano anterior. Segundo o RREO, nesse período, não houve valores da transferência da LC nº 87/1996, isto é, da Lei Kandir. A Cota-parte do FPE, que representa 64,1% das transferências e 31,7% das Receitas Correntes, aumentou de R\$ 194 milhões (2,8%). As “Outras Transferências Correntes” tiveram variação positiva de 62,7%, crescimento de R\$ 956 milhões. Nesta receita é registrado “multas administrativas, contratuais e judiciais; indenizações, restituições e ressarcimentos; bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público; e demais receitas correntes de origens não classificáveis nas subcategorias econômicas anteriores”, segundo o Tesouro Nacional.

Em comparação ao quadrimestre imediatamente anterior, houve aumento de 5% nas Transferências Correntes - cerca de R\$ 539 milhões. A Cota-Parte do FPE cresceu 7,5% (R\$ 504 milhões).

A “Receita Tributária” que representa um pouco mais de 45,3% das “Receitas Correntes”, no 1º quadrimestre de 2021, aumentou em cerca de R\$ 689 milhões na comparação com o mesmo quadrimestre do ano anterior (variação nominal de 7,2%). Houve crescimento da arrecadação do ICMS em mais de R\$ 492 milhões (aumento de 6,1%). O IPVA teve um bom crescimento nominal de R\$ 122,6 milhões (ou 33,4%).

Em termos relativos destaca-se o crescimento de 39,3% do ITCD, aumento de R\$ 7,4 milhões em sua arrecadação. Como já mencionado no relatório anterior, a parceria entre a Secretaria da Fazenda do estado do Maranhão (SEFAZ) e os Cartórios de Notas para gerar o ITCD eletrônico com o objetivo de facilitar o processo de recolhimento do imposto<sup>6</sup> tem contribuído para o incremento da arrecadação desse imposto.

<sup>6</sup> <https://sistemas1.sefaz.ma.gov.br/portalsefaz/jsp/noticia/noticia.jsf?codigo=6022>

**Tabela 3 – Demonstrativo da RCL - Maranhão – 2020 e 2021 - Em (R\$)**

Receitas	1º quadrimestre de 2020	2º quadrimestre de 2020	3º quadrimestre de 2020	1º quadrimestre de 2021
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	20.133.371.651	20.952.581.302	21.559.187.295	22.729.740.527
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.615.298.675	9.536.135.380	9.744.115.792	10.304.316.391
ICMS	8.115.974.557	7.981.517.743	8.143.958.001	8.608.213.316
IPVA	367.222.642	405.819.301	463.295.748	489.801.500
ITCD	18.847.365	20.110.884	22.517.867	26.252.766
IRRF	765.802.712	795.238.713	801.217.985	852.799.941
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	347.451.400	333.448.739	313.126.191	327.248.868
Contribuições	620.285.833	709.563.813	763.785.468	813.269.511
Receita Patrimonial	51.619.754	60.850.071	81.678.051	85.743.899
Rendimentos de Aplicação Financeira	40.127.261	30.891.994	25.071.725	23.174.288
Outras Receitas Patrimoniais	11.492.493	29.958.076	56.606.326	62.569.610
Receita de Serviços	6.564.499	3.443.810	3.877.627	4.330.000
Transferências Correntes	9.681.052.020	10.485.476.530	10.689.378.277	11.228.360.634
Cota-Parte do FPE	7.006.994.042	6.660.040.649	6.696.413.492	7.201.336.834
Transferências da LC nº 61/1989	76.703.113	72.271.754	78.452.676	87.372.872
Transferências do FUNDEB	1.071.336.969	1.227.817.420	1.394.074.286	1.456.936.399
Outras Transferências Correntes	1.526.017.896	2.525.346.707	2.520.437.823	2.482.714.529
Outras Receitas Correntes	158.550.869	157.111.699	276.352.081	293.720.093
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	5.171.429.653	5.159.522.014	5.244.380.084	5.590.973.749
Transferências Constitucionais e Legais	2.052.376.628	2.048.264.989	2.103.602.783	2.229.331.323
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	533.594.392	615.761.075	612.900.671	651.317.828
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	8.379.030	8.610.513	8.806.032	7.381.074
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	2.577.079.602	2.486.885.437	2.519.070.598	2.702.943.524
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) =</b>	14.961.941.998	15.793.059.288	16.314.807.211	17.138.766.778
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (§13º, art. 166 da CF)	2.000.000	2.000.000	2.000.000	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada	-	43.336.600	43.336.600	43.336.600
<b>Receita Corrente Líquida Ajustada</b>	14.959.941.998	15.747.722.688	16.269.470.611	17.095.430.178

Fonte: SICONFI – Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Anexo 3. Elaboração: DIEESE.

Em comparação com o 3º quadrimestre de 2020, houve crescimento nominal da “Receita Tributária” de 5,7%, ou seja, cerca de R\$ 560,2 milhões.

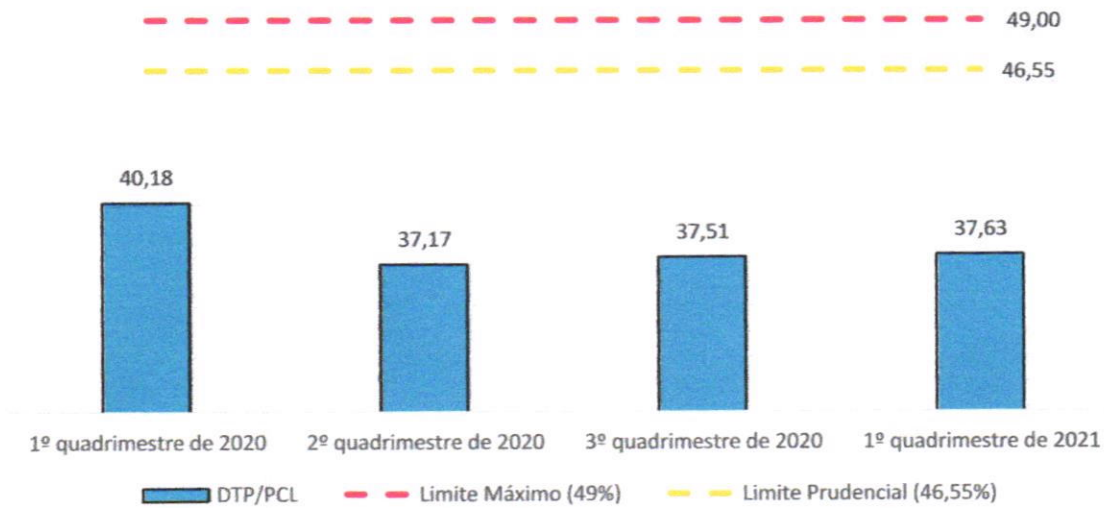
Desta maneira, a “**Receita Corrente Líquida Ajustada**”, segundo o relatório publicado no SICONFI, registrou, no 1º quadrimestre de 2021, **aumento nominal de 14,3% em relação ao acumulado no 1º quadrimestre de 2021 (R\$ 2,1 bilhões) e de cerca de 5,1% (R\$ 826 milhões) em relação ao quadrimestre imediatamente anterior.**

### **Limites fiscais**

Na comparação entre a “Despesa Total com Pessoal” (DTP) e a “Receita Corrente Líquida” (RCL) ajustada é possível analisar os limites fiscais, definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. O Gráfico 2, abaixo, compara a “Despesas Total com Pessoal” com a “Receita Corrente Líquida”, destacando o Limite Máximo de comprometimento, de 49% (linha vermelha) e o Limite Prudencial de comprometimento de 46,55% (linha amarela). Quando esses limites não são respeitados, os chefes dos poderes sofrem sanções legais como, por exemplo, a proibição de criação de novos cargos e até restrições na obtenção de crédito, entre outras previstas nos artigos 22 e 23 da LRF.

No 1º quadrimestre de 2021, a relação DTP/RCL ficou em 37,63%, abaixo dos limites impostos pela LRF. **Desta maneira, de acordo com o RGF publicado pelo SICONFI, o indicador da DTP em relação à RCL, registrou certa estabilidade, aumentando apenas 0,12 pontos percentuais em relação ao quadrimestre anterior. No entanto, quando comparamos com o mesmo quadrimestre do ano anterior é possível notar uma considerável queda de 2,55 pontos percentuais no comprometimento da receita com o investimento no pessoal.** Diante disso, o estado do Maranhão encontra-se 8,92 pontos percentuais abaixo do limite prudencial e 11,37 pontos percentuais abaixo do limite máximo, segundo a LRF.

**Gráfico 2 – Comprometimento da RCL com a Despesa Total com Pessoal e limites da LRF no estado do Maranhão, 2020 e 2021 – acumulado em 12 meses**



Fonte: SICONFI – Relatório de Gestão Fiscal. Elaboração: DIEESE



Rua Aurora, 957 - 1º andar - Centro  
01209-001 - São Paulo - SP  
PABX: (011) 3821-2199

**Presidente: Maria Aparecida Faria**

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

**Vice-presidente: José Gonzaga da Cruz**

Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP

**Secretário Nacional: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

**Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo: Antônio Francisco Da Silva**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

**Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

**Diretor Executivo: Elna Maria de Barros Melo**

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes**

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva: Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi**

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP

**Diretor Executivo: Nelsi Rodrigues da Silva**

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa**

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

**Diretor Executivo: Sales José da Silva**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

**Diretora Executiva: Zenaide Honório**

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

**Direção Técnica**

**Diretor técnico:** Fausto Augusto Jr

**Diretora Técnica Adjunto:** José Silvestre Prado de Oliveira

**Diretora Técnica Adjunta:** Patrícia Pelatieri

**Diretora da Escola Ciências do Trabalho do DIEESE:** Eliana Elias

**Equipe responsável:** Thiago Fontes ([thiagofontes@dieese.org.br](mailto:thiagofontes@dieese.org.br)); revisão: Ricardo Tamashiro ([ricardo@dieese.org.br](mailto:ricardo@dieese.org.br)).